

O processo da amamentação intracárcere: Os impasses das nutrizes e enfermeiras frente ao sistema

The process of breastfeeding inside prison: The impasses of nursing mothers and nurses in front of the system

El proceso de lactancia materna dentro de la prisión: Los impasses de las madres lactantes y enfermeras frente al sistema

Recebido: 30/11/2022 | Revisado: 16/12/2022 | Aceitado: 17/12/2022 | Publicado: 21/12/2022

Janaina Kelly da Silva de Souza de Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7047-5712>
Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Brasil
E-mail: janainakelly.enfermeira@gmail.com

Helaine Maria da Silva de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9430-5782>
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: helainedebel@gmail.com

Lidiane Dias Reis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6577-6545>
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
E-mail: lidiane.dias@estacio.br

Priscila Cristina Pereira de Oliveira da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6304-7952>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: prioliveira0512@gmail.com

Natalia Cristina Muniz Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3037-6469>
Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Brasil
E-mail: natalia.cmunizalves@gmail.com

Brunna Oliveira de Meneses Freire Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9155-2649>
Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Brasil
E-mail: brunna.meneses20@gmail.com

Rafaele Cristine Barcelos dos Santos Luz Ribeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3797-5867>
Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Brasil
E-mail: olosunifa@gmail.com

Kelly Pinheiro Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5774-4612>
Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Brasil
E-mail: kellypinheirov@gmail.com

Eduarda Felipe Cunha Bernard Lista

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0968-8652>
Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Brasil
E-mail: eduardafelippe@gmail.com

Rachel de Araujo Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0564-3585>
Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Brasil
E-mail: rachelcosta81@yahoo.com.br

Resumo

Objetivo: Compreender a partir do estado da arte como ocorre o processo de amamentação no âmbito carcerário. Metodologia: Revisão integrativa de literatura, descritiva, exploratória, qualitativa, sendo utilizada a Estratégia de PICO e PRISMA-ScR. Foram realizadas por meio 2 periódicos e 3 bases de dados, com auxílio dos operadores booleanos “OR” e “AND”, entre os anos de 2015 a 2020. Resultados: Foram encontrados 22 estudos e utilizados para a amostra 6 artigos. Resultando em três categorias: (I) As dificuldades da vivência das nutrizes no sistema carcerário; (II) As consequências advindas do aleitamento materno no Sistema Prisional para o binômio mãe-bebê; (III) A perspectiva dos profissionais da enfermagem para garantir, promover e apoiar amamentação intracárcere. Considerações finais: Diversos fatores influenciam desfavoravelmente na amamentação, como aspectos

fisicopsicosociais, restrição e negligenciamento dos direitos do binômio mãe-filho. A assistência como modelo biomédico implica na qualidade do cuidado, promoção e manutenção da amamentação intracárcere.

Palavras-chave: Amamentação; Prisões; Aleitamento materno; Enfermagem.

Abstract

Objective: To understand from the state of the art how the breastfeeding process occurs in the prison context. **Methodology:** Integrative literature review, descriptive, exploratory, qualitative, using the PICo and PRISMA-ScR Strategy. They were realized through 2 journals and 3 databases, with the help of boolean operators "OR" and "AND", between the years 2015 to 2020. **Results:** 22 studies were found, and 6 articles were used for the sample. Resulting in three categories: (I) The difficulties of the experience of nursing women in the prison system; (II) The consequences of breastfeeding in the Prison System for the mother-baby binomial; (III) The perspective of nursing professionals to ensure, promote and support breastfeeding inside prison. **Final considerations:** Several factors influence breastfeeding unfavorably, such as physical psychosocial aspects, restriction and neglect of the rights of the mother-child binomial. Assistance with the biomedical model implies the quality of care, promotion and maintenance of intracárcere breastfeeding.

Keywords: Breast-feeding; Prisons; Breastfeeding; Nursing.

Resumen

Objetivo: Comprender desde el estado del arte cómo se produce el proceso de lactancia materna en el contexto penitenciario. **Metodología:** Revisión integradora de la literatura, descriptiva, exploratoria, cualitativa, utilizando la Estrategia PICo y PRISMA-ScR. Se realizaron a través de 2 revistas y 3 bases de datos, con la ayuda de operadores booleanos "OR" y "AND" entre los años 2015 a 2020. **Resultados:** Se encontraron veintidós estudios y se utilizaron 6 artículos para la muestra. Resultando en tres categorías: (I) Las dificultades de la experiencia de las mujeres lactantes en el sistema penitenciario; (II) Las consecuencias de la lactancia materna en el sistema penitenciario para el binomio madre-hijo. (III) La perspectiva de los profesionales de enfermería para garantizar promover y apoyar la lactancia materna dentro de la prisión. **Consideraciones finales:** Varios factores influyen desfavorablemente en la lactancia materna, como los aspectos físico-psicosociales, la restricción y el descuido de los derechos del binomio madre-hijo. La asistencia como modelo biomédico implica la calidad de la atención, promoción y mantenimiento de la lactancia materna en el sistema penitenciario.

Palabras clave: Lactancia; Prisiones; Lactancia materna; Enfermería.

1. Introdução

A amamentação tem se tornado ilustre no cenário mundial de Saúde, especialmente com os objetivos do milênio, que se relacionam diretamente com saúde da gestante, óbitos infantis e o combate à fome. Pode ser caracterizada como uma incrível estratégia natural de proteção, vínculo, afeto, nutrição e desenvolvimento infantil. Além disso é consideravelmente econômica e eficaz no combate à morbimortalidade infantil, contribuindo na redução de até 13% das causas de mortes previsíveis em crianças até o quinto ano de vida (Brasil, 2015a, 2015b; Silva, 2020).

O Leite Humano é o alimento ideal e o único completo capaz de atender todas as necessidades do bebê nesses primeiros meses extra útero. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundação das Nações Unidas para Infância (Unicef) e Ministério da Saúde (MS), o aleitamento materno (AM) deve ser oferecido exclusivamente até os seis meses e complementado por dois ou mais anos de idade, por não apenas nutrir, como também oferecer benefícios para o binômio mãe-bebê, o planeta e a sociedade (Brasil, 2009; Monteiro et al., 2011; Melo & Gonçalves, 2014; Brasil, 2019b).

A amamentação intracárcere ainda possui muitos empasses negativos perante a sociedade. Contudo se faz necessário reflexões e discussões sob esta prática, a fim de assegurar os direitos das nutrizes neste contexto de exclusão e vulnerabilidade (Andrade & Gonçalves, 2018; Mariano et al., 2015). Desta forma a justificativa para este tema concerne na amamentação ser um assunto mundialmente abordado atualmente, porém, ainda haver uma grande escassez de materiais científicos publicados relacionados à esta temática no Sistema Penitenciário. Sendo assim, o presente estudo é de grande relevância para a sociedade, comunidade científica, acadêmicos e profissionais da Enfermagem.

As equipes de enfermagem assistencial necessitam compreender a magnitude da amamentação no regime prisional, para garantir uma assistência humanizada e de qualidade às nutrizes (Guimarães et al., 2018). Este estudo tende a ser fundamental para a categoria de Enfermagem, pois contribui para Educação Permanente dos profissionais que atuam na área,

padronizando a assistência em prol da proteção, promoção e suporte ao aleitamento materno exclusivo (AME).

No Brasil, pesquisas comprovaram que a cobertura da amamentação exclusiva não conteve 50% das lactantes (Enani, 2021). Como há uma grande população carcerária feminina, será que os direitos destas mulheres de amamentar estão sendo violados? Após algumas inquietações, emergiu a seguinte questão norteadora: Como decorre a amamentação em mães inseridas no Sistema Penitenciário? Consequentemente desencadeou como objeto de estudo Os Obstáculos Vivenciados pelas Nutrizes e os Profissionais de Enfermagem em Âmbito Carcerário.

Para tentar responder os questionamentos do estudo, foram traçados como objetivo geral: Compreender a partir do estado da arte como ocorre o processo de amamentação no âmbito carcerário. E como objetivos específicos: Identificar através da Literatura Científica as dificuldades encontradas pelas nutrizes para amamentar dentro do sistema penitenciário; descrever, a partir escopos, a atuação do profissional de enfermagem para promover, garantir e apoiar a amamentação no âmbito carcerário.

2. Metodologia

Refere-se a uma revisão integrativa, tipo descritiva, caráter exploratório e qualitativa, sendo realizada no decorrer de agosto de 2020.

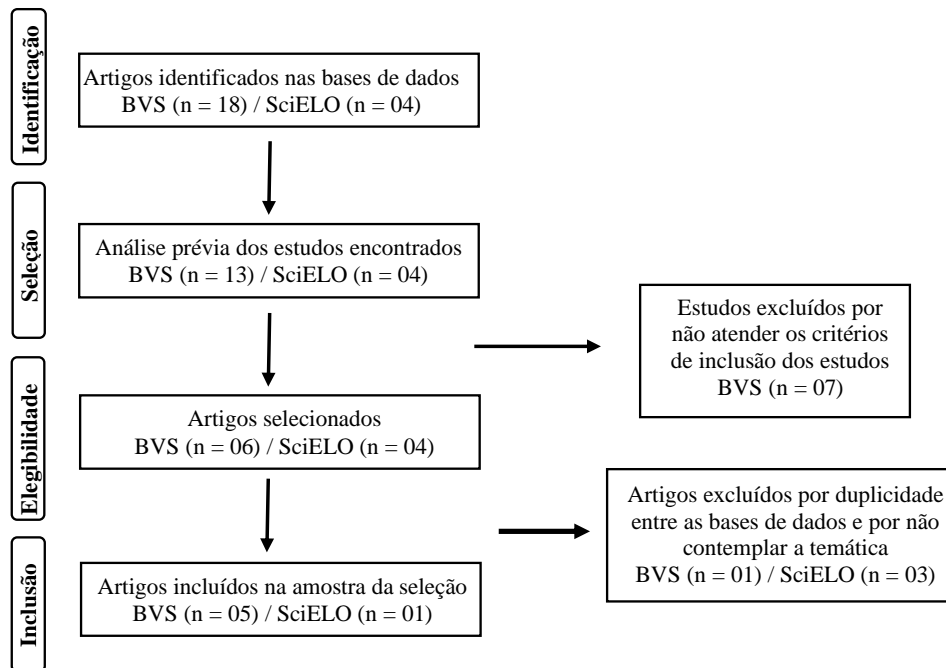
Para elaboração do estudo, adotou-se as seguintes etapas: I – identificação do tema e seleção da pergunta norteadora; 2 – definição dos critérios para inclusão e exclusão dos estudos; 3 – coleta de dados; 4 – avaliação crítica dos artigos incluídos; 5 – discussão dos resultados; e 6 – apresentação da revisão. A identificação do tema e formulação da indagação norteadora, foram embasadas na Estratégia PICO: Como acontece a amamentação em mães Brasileiras inseridas no Sistema Prisional? Onde os acrônimos: “P” - População/Problema, foi representado pelo Processo da amamentação; no “I” – Interesse/intervenção, substituiu-se por Identificar como acontece o processo da amamentação; e o “Co” – Contexto, configurou-se por mães inseridas no Sistema Penitenciário (Souza et al., 2010).

O cruzamento nas bases de dados conduziu-se por meio dos descritores indexados no portal Descritores em Ciências da Saúde (Decs), “Amamentação”; “Aleitamento Materno”; “Enfermagem” e “Prisões”. Utilizou-se os operadores booleanos “OR” e “AND” nas duas pesquisas que foram realizadas separadamente: I- Pelo Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) na qual foram encontradas evidências científicas nas bases de dados do Banco de Dados em Enfermagem (BDENF) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); II- Por meio do Portal Eletrônico Scientific Electronic Library Online (SciELO). Durante as buscas nas bases de dados totalizaram-se em 22 produções encontradas, conforme representada no fluxograma PRISMA na Figura 1.

Na BVS foram encontrados 18 estudos, após a aplicação dos filtros, resultou-se em 6 artigos, entretanto 1 foi descartado devido aos critérios de exclusão e apenas 5 versavam a temática. Em contrapartida, na SciELO foram encontrados 4 artigos, sendo 3 descartados devido aos critérios de exclusão e apenas 1 foi agregado ao estudo. Contudo foram utilizados 6 artigos para a análise final desta amostra.

Como critérios de inclusão obtiveram-se artigos disponíveis online gratuitamente na íntegra; em português; texto completo; abordando a temática proposta e com recorte temporal de janeiro de 2015 a agosto de 2020. O corte temporal, foi apreciado em virtude de ampliar o número de estudos, visto a existência de sua escassez. Como critérios de exclusão foram descartados os artigos duplicados, indisponíveis na íntegra, em outros idiomas, e que não contemplasse a temática.

Figura 1 - Fluxograma relacionado ao processo de seleção dos artigos conforme PRISMA/2020.



Fonte: Autores (2021).

O presente estudo consolidou-se de forma crítica, baseada através do Método de Análise de Conteúdo de Bardin, que se constitui através da pré-análise que caracterizam na seleção dos artigos que irão compor o corpus da pesquisa, através da exploração do material obtido nas bases de dados, possibilitando evidenciar as peculiaridades fundamentais dos artigos, antepostos para a organização das unidades de registros, a construção da categorização e a sintetização dos resultados das amostras (Bardin, 2016). Sendo assim foi realizado a leitura dos estudos, organizando e resumindo as informações de maneira concisa.

3. Resultados

Para a triagem dos 6 artigos empregados nesta revisão, pormenorizou as principais características obtidas nos estudos tais como ano, autor, título, desenho do estudo, periódico, país, idioma, qualis da revista e base de dados. A predominância da metodologia aplicada nas amostras foi de caráter descritivo/ exploratório com 66,64%, enquanto a de revisão integrativa e relato de experiência mantiveram o percentual de 16,66%. Em relação a origem 1 artigo (16,66%) de origem estrangeira, sendo realizado na Irlanda e os demais 5 artigos (83,3%) foram realizados em território brasileiro, entre os meses de janeiro de 2014 a agosto de 2020, conforme demonstra detalhadamente no Quadro 1.

A avaliação da qualidade dos periódicos procedeu-se através da Plataforma Sucupira desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde foi possível observar que cerca de 3 (49,98%) dos artigos foram publicados em revistas de Nível A2; 1 (16,66%) em revistas de nível A3; 1 (16,66%) em revistas de nível B2; 1 (16,66%) em nível B5.

Com relação as bases de dados são notórias as publicações que se sobressaem, que corresponde a 4 (66,64%) na LILACS; 1 (16,66%) na BDNF; 1 (16,66%) na SciELO. Presume-se a necessidade de mais pesquisas relacionados a esta abordagem e a importância das publicações dos trabalhos para fomentar tais ferramentas de pesquisas predominantemente voltadas a Enfermagem Brasileira.

Quadro 1 - Caracterização dos estudos inseridos na revisão integrativa sobre amamentação no Sistema Prisional no período de 2015 a 2020.

Ano	Autores	Título	Desenho do estudo / Periódico	País / Idioma	Qualis	Base de dados
2015	Mariano GJS et al.	Amamentação em ambiente prisional: perspectivas das enfermeiras de uma penitenciária feminina irlandesa	Estudo descritivo/ exploratório Revista Iberoamericana de Educación e Investigación en Enfermería	Irlanda / Português	B5	Biblioteca Virtual em Saúde – BVS LILACS
2018	Santos RMA et al.	Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas	Estudo descritivo/ exploratório Revista da Escola de Enfermagem da USP	Brasil / Português	A3	Biblioteca Virtual em Saúde – BVS LILACS
2018	Andrade AB et al.	Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais	Revisão Integrativa Revista Enfermagem UFPE Online	Brasil / Português	B2	Biblioteca Virtual em Saúde – BVS BDENF
2018	Guimaraes ML et al.	Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas	Estudo descritivo/ exploratório Texto & Contexto Enfermagem	Brasil / Português	A2	Biblioteca Virtual em Saúde – BVS LILACS
2018	Mariano GJS et al.	Significando o amamentar na prisão	Estudo descritivo/ exploratório Texto & Contexto Enfermagem	Brasil / Português	A2	Scientific Electronic Library Online – Scielo LILACS
2020	Fochi MC et al.	Mães maternando na prisão: relato de experiência do projeto assistencial de enfermagem	Relato de experiência Revista Brasileira de Enfermagem	Brasil / Português	A2	Biblioteca Virtual em Saúde – BVS LILACS

Fonte: Autores (2021).

Ao analisar os conteúdos encontrados dos artigos, traçou-se como unidade temática: Os obstáculos enfrentados pelas puérperas e profissionais de Enfermagem com aleitamento perante o Sistema Penitenciário. Desta forma, a categorização do estudo resultou em três divisões: (I) As dificuldades da vivência das nutrizes no Sistema Carcerário; (II) As consequências advindas do aleitamento materno no Sistema Prisional para o binômio mãe-bebê; (III) A perspectiva dos profissionais da enfermagem para garantir, promover e apoiar amamentação intracarcere.

4. Discussão

4.1 As dificuldades da vivência das nutrizes no sistema carcerário

Embora a amamentação tenha se popularizado nos últimos anos, os índices de desmame precoce ainda é uma realidade global. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa em Política Criminal de Birkbeck, da Universidade de Londres divulga que 714 mil da população feminina encontra encarcerada em 221 sistemas prisionais em diferentes países do mundo (Walmsley, 2017).

Esses sistemas são compostos predominantemente por “mulheres jovens com 18 e 29 anos, negras, solteiras, com ensino fundamental incompleto e que possuem até 2 filhos. Apenas 55 unidades femininas ou mistas 16% dispõem de salas ou dormitórios para gestantes, 14% possuem berçários e 3% creches” (Fochi et al., 2017; Brasil, 2018), que contemplam bebês com até 2 anos de vida. Ou seja, a maioria dos bebês não são amamentados e provavelmente não receberam os cuidados diretamente de suas mães.

Atualmente a população carcerária feminina brasileira é a 4^o maior do mundo. Esses dados alarmantes trazem uma reflexão sobre a dimensão deste problema de saúde pública, considerando as condições (ambientes precários, questões

estruturais e de confinamento insalubres e com superlotação) onde as gestantes/nutrizes e os lactentes encontram reclusos, implicando diretamente na amamentação (Brasil, 2018).

Em uma zona prisional da Irlanda constatou-se que as puérperas recebem a alta da maternidade e retornam a penitenciária sem ao menos ter amamentado seus filhos. Embora possuam uma Unidade Materna Infantil e com uma equipe de saúde integralmente, o AM permaneceu incipiente, sendo caracterizado como uma prática incomum. Para essas mulheres a amamentação é uma ação embaraçosa e não se sentem confortáveis de se exporem em público. Tais ações não são inerentes apenas no ecossistema prisional, mas sim inculcadas no contexto sociocultural do País (Mariano et al., 2015).

No Brasil, as lactantes em reclusão vivenciam constantemente questões de vulnerabilidade em diferentes contextos, como por exemplo as violências psicossociais, as questões infraestruturais e principalmente a saúde. Estes fatores impõem a aceitação que aniquila o direito de determinar sobre a saúde do binômio mãe-filho. Com isso, a execução do poder institucional dificulta a promoção do AM e se configurando um fator estressor para as mães. Quando estas fragilidades comprometem a amamentação acabam tendo um efeito cascata, interferindo em outros aspectos como manutenção saudável da dupla mãe-bebê, elevando assim os índices de morbimortalidade materna e neonatal (Mariano et al., 2015).

Embora exista garantias legais que favorecem a amamentação extramuros, como por exemplo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Art. 8, § 10 e Art. 9, a Lei de execução Penal nos Art. 83, do § 2º e Art. 89, Constituição Federal Brasileira (CF) nos incisos XLIX e L, dos direitos fundamentais, ainda assim tais direitos são violados (Simas et al., 2015; Brasil, 2019a, 2021).

A estrutura do confinamento penitenciário marginaliza recorrentemente as puérperas, privando-as de seus direitos básicos (Fochi et al., 2020). Contudo no Brasil a saúde consiste em um direito universal, que deve ser garantido constitucionalmente através de políticas socioeconômicas. Para assegurar este direito constituiu-se o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), através da Portaria Interministerial nº 1.777, de 09 de setembro de 2003, a qual inseriu a população carcerária no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2003).

Embora a legislação seja um magnífico instrumento a fim de garantir o direito de saúde ao binômio, na prática o cenário ainda é deficitário dentro e fora do Sistema Penitenciário (Oliveira et al., 2015; Ventura et al., 2015). Na tentativa de reduzir estes aspectos criou-se a Portaria Interministerial nº 1, de 02 de janeiro de 2014, onde o art. 1 instituiu-se a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), e a Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014, “promove o acesso a programas e às políticas relacionadas a saúde da mulher, bem como planejamento reprodutivo, nutrição adequada e assistência humanizada no quadro grávido-puerperal, incluindo a amamentação” sendo disponibilizados pelo SUS (Brasil, 2004, 2014a, 2014b, 2014c; Calhiari et al., 2017; Félix et al., 2017).

Como alternativa de minimizar estes impactos para o binômio, o desmame precoce se tornou uma saída com a finalidade de impossibilitar a formação de vínculos; os sentimentos negativos como a eminente separação entre as nutrizes e seus filhos; o adoecimento da criança dentro do sistema e a utilização da criança como medida de punição (Santos et al., 2018).

4.2 As consequências advindas do aleitamento materno no sistema prisional para o binômio mãe-bebê

A maternidade na prisão especialmente no continente norte-americano, é uma temática ainda negligenciada e incipiente. Embora as políticas de saúde públicas estejam voltadas para estes indivíduos, a indolência e vulnerabilidade latente da saúde de gestantes encarceradas, ocasionando problemas como partos prematuros e baixo peso ao nascimento. Entretanto a práxis da amamentação apresenta elementos imprescindíveis, que engloba os direitos maternos, infantis e de toda coletividade (Andrade & Gonçalves, 2018; Guimarães et al., 2018).

A penitenciária Brasileira constitui um sistema comunitário, com peculiaridades delimitadas, desencadeando crescente stress que avaria na percepção, dificultando na comunicação social e impactando desfavoravelmente nas decisões das nutrizes. Assim podendo acarretar crescente resistência à concepção de métodos para melhoria do manejo da amamentação. Como estratégias para estimular o AME, os profissionais da unidade utilizam a tática da pressão psicológica e o menor como instrumento de penalidade (Guimarães et al., 2018).

Caso alguma mãe deseje introduzir precocemente algum alimento com exceção do leite materno, desprovido do consentimento da unidade prisional, o lactente é deslocado da penitenciária e retorna ao seu lar ou abrigo. Tal processo pode ocorrer antes do período de seis meses, que geralmente é o prazo que as instituições penitenciárias estipulam para estadia do bebê. Estes determinantes evidenciam as ações desfavoráveis para produzir o AM, não atingindo o objetivo da promoção da amamentação de forma abrangente, embora a práxis decorra por meio das supostas estratégias mencionadas anteriormente (Guimarães et al., 2018).

4.3 A perspectiva dos profissionais da enfermagem para garantir, promover e apoiar amamentação intracárcere

As enfermeiras têm um importante papel no cuidado da díade mãe-bebê reclusas de liberdade. Estão em posição chave para defender e revolucionar os cuidados de saúde prestados a esta população marginalizada, especificamente as gestantes e lactantes, juntamente com o apoio da equipe interdisciplinar (Andrade & Gonçalves, 2018).

São estas profissionais que atuam como educadoras em saúde, disseminando conhecimentos, proporcionando novas possibilidades, quebrando paradigmas, desmistificando mitos e crenças, tornando-se uma das provedoras de saúde e qualidade de vida no ambiente carcerário. Além de sustentar os preceitos da amamentação para a saúde pública, oferecer suporte às mulheres que querem amamentar, proporcionar habilidades, autoconhecimento necessários para as lactantes assumir de maneira efetiva e responsável as decisões acerca da saúde da dupla mãe-filho (Mariano et al., 2015; Santos et al., 2018).

O período gestacional é de grande significância na vida da mulher, pois é nesta fase que as mudanças físicas, psicológicas e emocionais acontecem. O que favorece para captar estas gestantes e preparar não só para o processo da amamentação, mas sim para a maternidade como um todo. Desta forma ampliará o conhecimento, criando vínculo, para contribuir no manejo e garantir o sucesso da amamentação (Santos et al., 2018).

A ausência do vínculo entre a equipe de Enfermagem e as nutrizes encarceradas, o cuidado com enfoque em procedimentos e sem escuta ativa, promove uma assistência deficitária e ineficaz. O acolhimento, captação precoce para o início do pré-natal e orientações prestadas as gestantes e puérperas em regime prisional, são elementos indispensáveis na incrementação do cuidado e para a ascensão da saúde materna-infantil (Andrade & Gonçalves, 2018).

Os aspectos socioculturais, psicoemocionais, familiares, espirituais, dentre outros, devem ser considerados para traçar planejamentos de condutas que atendam as reais necessidades de cada mulher (Guimarães et al., 2018).

A utilização do Diagnóstico de Enfermagem (DE) tem se tornado um diferencial e não deve ser empregado de forma generalizada. Pois além de serem relevantes para assistência prestada as lactantes reclusas, também contribui para a prática interdisciplinar no planejamento, por meio de intervenções educativas que ampliaram a compreensão, reduzindo as qualidades definidoras e os fatores relativos exclusivos do cenário carcerário (Santos et al., 2018).

A atuação da enfermagem tem o potencial de atenuar os conflitos entre os saberes científicos e os populares. Por meio de uma avaliação abrangente, direcionando as ações e promovendo suporte emocional adequado, no que tange às crenças, medos e inseguranças. Enquanto ao suporte psicossocial da equipe multidisciplinar, aliado à quantidade e qualidade das informações fornecidas, configura uma ferramenta essencial para a redução da ansiedade da nutriz (Guimarães et al., 2018).

Na percepção das enfermeiras, influências culturais trazidas para o interior das prisões, intervenções de promoção a saúde, em particular, não incluem o tema aleitamento materno em sua dimensão e natureza. Isso graças as limitações de

contatos entre a equipe de Enfermagem e a dupla mãe-bebê, que resulta na redução de oportunidades para trabalhar o AM e consequentemente negligenciar o direito à informação para as puérperas, a qual é o único meio de contato que possuem acesso. Os profissionais de saúde reconhecem as consequências e as limitações, mas priorizam outras demandas de trabalho. Alguns fatores mencionados nos estudos como ausência de suporte da instituição para trabalhar amamentação; sobrecarga de trabalho; restrição do contato das mulheres com a temática, ausência de apoio, encorajamento e acesso à informação, poderiam favorecer a adesão a amamentação intracárcere (Mariano et al., 2015).

5. Considerações Finais

Conclui-se que o leite humano, é o único alimento gratuito, sustentável, que não agride o meio ambiente, que promove inúmeros benefícios para saúde materno-infantil, para a família e comunidade. Entretanto apesar de haver muitos estudos abordando a temática da amamentação e os seus benefícios, ainda se trata de um assunto pouco abordado no contexto de prisional.

Embora haja garantias jurídicas que respaldem tais públicos imersos no sistema, se mostrou presente na totalidade dos artigos analisados, o descumprimento dos direitos legais básicos binomial. Uma característica marcante evidenciada nos estudos foi a baixa adesão do AM na rede prisional nos países do Brasil e Irlanda.

Percebeu-se que diversos fatores influenciam no processo da amamentação na prisão, dentre eles se destacam as questões psicossociais e emocionais; rejeição da criação de vínculo; separação entre mãe-filho; o adoecimento da criança dentro do sistema; a utilização do bebê como medida punitiva; a limitação do contato das nutrizes com a equipe da saúde; ausência de suporte da instituição para trabalhar o AM; sobrecarga de trabalho; restrição do contato das mulheres com a temática; a ausência de apoio; encorajamento; acesso à informação; as condições ambientais e estruturais; as regras e rotinas institucionais e as crenças.

Tais características acabam promovendo estresse e conflitos diários nas nutrizes, que consequentemente interfere no processo da produção do leite materno e no manejo da amamentação, ocasionando picos repetitivos de baixa produção, desencadeando uma cascata de complicações para o binômio mãe-bebê.

Com relação às perspectivas dos profissionais de enfermagem para garantir e apoiar amamentação intracárcere, faltam pesquisas que comprovem como os profissionais de enfermagem atuam para que seja possível responder a lacuna deixada neste estudo.

No entanto os profissionais de enfermagem devem atuar como educadores em saúde, acolhendo e captando precocemente as reeducandas para darem início no pré-natal, que é uma ótima oportunidade para a criação do vínculo, promover ações educativas visando o empoderamento para a maternidade, a participação da mulher estimulando o conhecimento da amamentação, promovendo conforto e segurança neste processo.

Atualmente, o cuidado provido pelos Profissionais de Saúde neste contexto, são baseadas ironicamente no protótipo biomédico, visando somente os aspectos saúde-doença. Todavia o cuidado deve ser prestado de forma integral singular atendendo as perspectivas de demandas de cada mulher e visando ela como um todo. Faz-se relevante salientar que as enfermeiras atuantes na linha de frente, precisam respeitar as decisões e o corpo de cada lactante sem preconceitos e estigmas.

O estudo teve limitações devido à escassez de conteúdo publicado sobre a temática e o impacto da pandemia do Covid-19, que impossibilitou o estudo de ser uma pesquisa de campo. Desta forma, sugerimos que novos estudos relacionados à temática sejam realizados, com objetivo de oferecer embasamentos para o meio acadêmico-científico, contribuindo para formação e capacitação continuada dos profissionais de saúde, além de alicerces para futuras novas pesquisas de revisão integrativa. Torna-se relevante a criação/atualização de documentos jurídicos e institucionais padronizados, além de

fiscalização para que possam garantir o acesso da dupla materno-infantil inseridas no sistema, condições básicas de saúde e o cumprimento dos seus direitos.

Referências

- Andrade, A. B. C. A. de, & Gonçalves, M. J. F. (2018). Maternidade em regime prisional: Desfechos maternos e neonatais. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 12(6), 1763. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i6a234396p1763-1771-2018>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70 Brasil.
- Brasil. (2004). *Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (1o ed). Ministério da Saúde. http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf.
- Brasil. (2009). *Saúde da criança: Nutrição infantil: Aleitamento materno e alimentação complementar*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Saúde. http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf
- Brasil. (2014a). *Aleitamento Materno para Mulheres Privadas de Liberdade/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional* (1. Ed). Ministério da Saúde. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/aleitamento_materno_mulheres_privadas_liberdade.pdf
- Brasil. (2014b). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde no Sistema Prisional (1o ed). Ministério da Saúde. <http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Cartilha-PNAISP.pdf>
- Brasil. (2014c). *Legislação em Saúde no Sistema Prisional/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional*. (1. ed). Ministério da Saúde. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/legislacao_saude_sistema_prisional.pdf
- Brasil. (2015a). *Saúde da criança: Aleitamento materno e alimentação complementar* Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. (2º ed., Vol. 23). Ministério da Saúde. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf
- Brasil. (2015b). *Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde: Manual de implementação*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Estratégia (1º ed.). Ministério da saúde. https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_nacional_promocao_aleitamento_materno.pdf
- Brasil. (2018). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN*. (2o ed). Ministério da Justiça e da Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional. https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf
- Brasil. (2019a). *Constituição da República* (1988): Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nos 1/1992 a 101/2019, pelo Decreto legislativo no 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/1994. Em constituição da república federativa do brasil (54o ed, p. 133). Câmara dos Deputados. <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/15261>
- Brasil. (2019b). *Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos*. Ministério de Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. (1o ed.). Ministério da Saúde. https://www.svb.org.br/images/guia_da_crianca_2019.pdf
- Brasil. (2021). *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_digital_Defeso_V2.pdf
- Calhiari, E., Santos, L. R. da S., & Brunini, B. C. C. B. (2017). De algozes a vítimas: Dos direitos cegos e nulos à mulher gestante em situação de cárcere. *Psicologia Argumento*, 33(82). <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.33.082.AO05>
- Enani. (2021). *Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil – ENANI-2019: Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos*. ENANI-2019 (aleitamento materno nº 4; p. 108). Universidade Federal do Rio de Janeiro. https://enani.nutricao.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/11/Relatorio-4_ENANI-2019_Aleitamento-Materno.pdf
- Félix, R. S., França, D. J. R., Nunes, J. T., Cunha, I. C. B. C., Davim, R. M. B., & Pereira, Janile Bernardo. (2017). O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. 11, 3936–3947. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/15187/24357>
- Fochi, M. do C. S., Higa, R., Camisão, A. R., Turato, E. R., & Moraes Lopes, M. H. B. (2017). Vivências de gestantes em situação de prisão. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 19. <https://doi.org/10.5216/ree.v19.46647>
- Fochi, M. do C. S., Melo, L. de L., Mendes-Castillo, A. M. C., & Lopes, M. H. B. de M. (2020). Mothers mothering in prison: An experience report of the nursing care project. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(3), e20180932. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0932>
- Guimarães, M. L., Guedes, T. G., Lima, L. S. de, Moraes, S. C. R. V., Javorski, M., & Linhares, F. M. P. (2018). Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 27(4). <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003030017>
- Mariano, G. J. dos S., Silva, I. A., & Andrews, T. (2015). Amamentação em ambiente prisional: Perspectivas das enfermeiras de uma penitenciária feminina irlandesa. *Revista Iberoamericana de Educación e Investigación en Enfermería*, 5, 15–24. <https://www.enfermeria21.com/revistas/aladefe/articulo/169/>
- Melo, C. dos S., & Gonçalves, R. M. (2014). Aleitamento Materno Versus Aleitamento Artificial. *Revista EVS - Revista de Ciências Ambientais e Saúde*, 41, 7–14. <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/viewFile/3804/2168>

- Monteiro, E. M. L. M., Silva, A. R. S., Nascimento, C. A. D. do, Maia, A. F. L. D., Araujo, P. D. de A., & Santos, S. M. dos. (2011). Maternal breastfeeding in the penitentiary system. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 5(8), 1970. <https://doi.org/10.5205/reuol.1262-12560-1-LE.0508201121>
- Oliveira, L. V. e, Miranda, F. A. N. de, & Costa, G. M. C. (2015). Vivência da maternidade para presidiárias. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 17(2), 360–369. <https://doi.org/10.5216/ree.v17i2.29784>
- Portaria Interministerial no. 1 de 2 de janeiro de 2014, 2 (testimony of Brasil), DOU de 03/01/2014. <https://central3.to.gov.br/arquivo/370304/>
- Portaria Interministerial no 1.777 de 09 de setembro de 2003, 39 (2003) (testimony of Brasil), DOU 11/09/2003. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=88E3C2C679A3C2DAC2CBC88CCD54D475.node2?codteor=530359&filename=LegislacaoCitada+-PL+2574/2007
- Portaria Interministerial no. 210, de 16 de janeiro de 2014, 12 75 (2014) (testimony of Brasil), DOU de 17/01/2014. <https://central3.to.gov.br/arquivo/370306/>
- Santos, R. M. A. dos, Linhares, F. M. P., Morais, S. C. R. V., Guedes, T. G., & Guimarães, M. L. (2018). Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52, e03338. <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2017024503338>
- Silva, J. N. da. (2020). Aleitamento materno: motivos e consequências do desmame precoce em crianças. *Revista Artigos. Com*, 20, e4756. Recuperado de <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/4756>
- Simas, L., Ventura, M., Baptista, M. R., & Larouze, B. (2015). A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. *Revista Direito GV*, 11(2), 547–572. <https://doi.org/10.1590/1808-2432201524>
- Souza, M. T. de, Silva, M. D. da, & Carvalho, R. de. (2010). Integrative review: What is it? How to do it? *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102–106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Ventura, M., Simas, L., & Larouze, B. (2015). Maternidade atrás das grades: Em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(3), 607–619. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00092914>
- Walmsley, R. (2017). *World Female Imprisonment List (4th edition) (Women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners, p. 13) [World Female Imprisonment List]*. Institute for Criminal Policy Research at Birkbeck, University of London. https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf